

SOCIOBIODIVERSIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR, UM ESTUDO DE CASO EM TRÊS DIFERENTES HORTAS COMUNITÁRIAS DE BELO HORIZONTE.¹

Bruna Veloso Trindade

Orientador: Jucelio Kulmann de Medeiros

RESUMO

As hortas no meio urbano são símbolos da resistência ao modo de produzir tradicional e da alimentação mais saudável, entrando nas pautas públicas como promoção ao desenvolvimento ambiental e ecológico nas cidades. A cidade de Belo Horizonte, em meados nos anos 1996, começou a olhar para essas potencialidades, criando secretarias e subsecretarias para o desenvolvimento urbano agroecológico. As hortas comunitárias de Belo Horizonte são processos de lutas comunitárias, com pressão ao poder público, por direito a usufruir e recriar espaços inativos e transformá-los em locais de cultivo. No presente trabalho foram visitadas três hortas na capital, que apresentam três propostas agroecológicas e políticas diferentes, mas que têm em comum a promoção da agroecologia, consumo consciente, alimentação mais adequada e a mudança de vida dos membros da comunidade envolvidos. O objetivo da pesquisa foi analisar o impacto que as hortas comunitárias da cidade de Belo Horizonte têm na vida e na alimentação das comunidades que a usufruem. Entende-se que seus impactos ainda são pequenos pela sua potencialidade, e isto pode ser aumentado com maior inserção do poder público e divulgação, com incentivo de produção de PANCs e presença contínua nos espaços para avaliar e proteger sua permanência.

Palavras chaves: Hortas comunitárias; Alimentação; Sociobiodiversidade; Belo Horizonte.

ABSTRACT

The gardens in the urban environment are symbols of resistance to the traditional way of producing and healthier food, and entering the public agendas as promotion to environmental and ecological development in cities. In the city of Belo Horizonte in the mid-1996s begins to look at these potentialities, creating secretariats and undersecretariats for agroecological urban development. The community gardens of Belo Horizonte are processes of community struggles, with pressure on the public authorities, by the right to enjoy and recreate inactive spaces and transform them into places of cultivation. In the present research, three gardens are visited in the capital, which present three different agroecological and political proposals, but which have in common the promotion of agroecology, conscious consumption, more adequate food and the change of life of the community members involved. The general objective of the research was to analyze the impact that community gardens in the city of Belo Horizonte have on the life and food of the communities that use it. Understanding that its impacts are still small due to its potentiality, and this can be increased with greater insertion of the public power and dissemination, with incentive of production of PANCs and continuous presence in the spaces to evaluate and protect their permanence.

Key words: Community gardens; Feeding; Sociobiodiversity; Belo Horizonte.

¹ Sugestão de publicação Revista ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), site: [Início - Articulação Nacional de Agroecologia](http://www.ana.org.br).

1. INTRODUÇÃO

A produção de alimentos de qualidade e as relações de poder no sistema alimentar e na produção, distribuição e consumo sustentável fazem parte da soberania alimentar, que é direito de cada cidadão (PESSÔA, 2018). A partir da Conferência sobre a Diversidade Biológica (CDB) e o Plano Estratégico Brasileiro, são traçadas metas para a promoção e conservação da biodiversidade brasileira. Biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e, também, da estratégica indústria da biotecnologia (BRASIL, 2018 p.24). É definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a variedade de organismos vivos de todas as origens, os ecossistemas, os complexos ecológicos e também a diversidade de espécies e entre as espécies e de ecossistemas (BRASIL, 2020).

Promover e proteger a biodiversidade no mundo atual é uma maneira de assegurar a vida humana, a saúde e as relações com o meio ambiente, onde encontra-se a sociobiodiversidade, definida como a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (BRASIL, 2021). Modos de produção, como a agroecologia, são considerados conjuntos de princípios e práticas alinhadas à sustentabilidade e à justiça social na reestruturação de sistemas agroalimentares, e não são orientados exclusivamente às transformações no manejo de agrossistemas, mas também aos processos sociais, ecológicos e pedagógicos (CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2017).

A sociobiodiversidade e todas as trocas que o homem faz com o meio, portanto, a transformação do seu alimento, geração de renda e melhoria de vida, sem danificar os recursos e sim conservá-los, são modos de vida de uma sociedade moldados pelos seus recursos naturais específicos, que são transformados a partir de modos de fazer tradicionais (BRASIL, 2021). E o estudo da alimentação é primordial para o entendimento das relações humanas e desenvolvimento social, identificando a desnutrição no Brasil como um problema de renda, saúde, educação, saneamento básico, um problema quanto à cobertura dos serviços públicos (MONTEIRO, 2003); a alimentação é um direito básico de todo indivíduo e está diretamente afetada pelas políticas públicas e sociais do Estado.

O estudo da alimentação no seu caráter político e social é importante, para construção de iniciativas públicas de promoção da segurança alimentar. Observa-se a construção de hortas como uma iniciativa cidadã e comunitária de manutenção aos conhecimentos tradicionais, a cultura do campo, acesso a alimentos saudáveis, resistência à agroindústria e a produção em massa. A horta é um lugar de encontro que gera autoestima, autocuidado, entusiasmo, melhoria em questões de saúde, valores em relação à alimentação e empoderamento individual e coletivo, e ainda qualidade de vida e difusão de conhecimentos tradicionais (COSTA et al., 2015).

A necessidade de fornecer alimentos para uma população crescente e uma sociedade em acelerada industrialização e urbanização resultou na chamada revolução verde. Embora a produção agrária tecnificada tenha trazido resultados positivos em termos de disponibilidade de alimentos, efeitos nefastos como degradação ambiental e a distribuição desigual de alimentos também foram ocasionados. A busca por modos de produção agrícola que trouxessem maior harmonia entre produtividade, conservacionismo e equidade da distribuição de alimentos, portanto, permaneceu necessária. Neste espaço o contexto agroecológico ressurge como propostas de contenção dos impactos da agricultura convencional.

As hortas comunitárias são propostas e programas para investir e fortalecer a agroecologia e a agricultura urbana, favorecendo a segurança alimentar, a geração de renda, a conservação ambiental e a inclusão social (PBH, 2019). A produção alimentícia nestes espaços pode proporcionar a diminuição de impactos ambientais, melhorar os hábitos alimentares, com o consumo de alimentos sem aditivos e adoção de práticas de alimentação mais consciente e respeitando o tempo dos ingredientes (ALMEIDA, 2004).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revela que em 2017, de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar e destes, 43,4 milhões não tinham alimentos suficientes, e ainda 19 milhões enfrentavam a fome (FAO, 2017). É importante observar que as hortas são espaços de resistência (VARELA, 2020), de manutenção dos direitos básicos à alimentação adequada e nutritiva, e de fortalecimento da identidade cultural e alimentar, principalmente das pessoas oriundas dos interiores (ALMEIDA, 2004). As hortas são espaços presentes na vida das comunidades e propostos pelas mesmas para com o Estado, assim, as hortas comunitárias são formas de participação da sociedade civil na esfera pública, para lutar para que este cumpra seu dever de propiciar saúde e segurança alimentar e nutricional para todos (GOHN, 2004).

Atualmente em Belo Horizonte, a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que é vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), apresenta no site da Prefeitura cerca de 234 unidades produtivas mapeadas e registradas no município, sendo 40 unidades institucionais, em Centros de Saúde, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e outras unidades públicas e privadas, 42 hortas comunitárias e 151 unidades escolares (PBH, 2021a). Entretanto não se tem pesquisas com foco em avaliar essas iniciativas públicas, com um olhar para alimentação, juntamente ao impacto que elas fazem na dieta das pessoas que vivem e usufruem destas.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o impacto que as hortas comunitárias da cidade de Belo Horizonte têm na vida e na alimentação das comunidades que a usufruem. E para isto,

identificamos e selecionamos três hortas comunitárias da cidade de Belo Horizonte para estudo, pesquisando como ocorre a formação das hortas comunitárias e a seleção das cultivares plantadas. Com isso, buscamos perceber a visão da comunidade sobre as hortas comunitárias e os motivos para sua criação, as mudanças na alimentação da comunidade após a instalação das hortas, a variedade de plantas cultivadas e a presença de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), e por último, os impactos das hortas para a sociobiodiversidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. AGRICULTURA

A agricultura é definida como a cultura do solo, ou processo de cultivo de vegetais, e/ou criação de animais e lavouras. Assim, é entendida como um conjunto de técnicas utilizadas no cultivo de plantas para a produção alimentar ou beneficiamento de bens (MICHAELIS, 2022). Seu processo é iniciado no final do período neolítico, quando o homem passou a permanecer em locais fixos por mais tempo e aprendeu, a partir de observações, a cultivar seus alimentos para subsistência (FELDENS, 2018).

A partir da década de 50, a agricultura brasileira iniciou um processo de tecnificação da base produtiva (MARAFON, 1998), quando foram implantadas as máquinas agrícolas. Entretanto, somente na década de 60, com o decorrer do modelo capitalista e de debates e críticas ao pensamento reducionista e materialista, é que se iniciou no país o setor industrial voltado para agricultura, chamado de Revolução Verde (SILVA, 2002).

O aumento da produção alimentar a partir da industrialização da agricultura, com políticas públicas voltadas para a tecnologia com a Revolução Verde, foi implantado como a solução para os problemas da pobreza e da fome no mundo (HECHT, 2002). Entretanto o uso intensivo do solo com adubos químicos e agrotóxicos causa intensa e ampla degradação ambiental, como compactação do solo, assoreamento de rios e veredas, poluição das águas e desequilíbrios ecológicos (GADELHA; WEITZMAN, 2008).

Por conseguinte, houve alterações na forma de produzir, passando de complexos rurais para complexos agroindustriais, momento que a agricultura perdeu seu caráter autônomo e de decisões de grupos rurais envolvidos (MARAFON, 1998). Kautski (1980, p. 281) afirma que “O camponês deixa de ser, pois, o senhor na sua exploração agrícola. Este se torna um apêndice da exploração industrial”. O autor ainda define a “agricultura racional e moderna” como a qual “surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa” (KAUTSKI, 1980, p. 318). Neste momento é que ocorre a decomposição do complexo rural, passando a ser visto como algo inadequado e

antigo, em contrapartida à modernização e mecanização como o adequado, melhor e mais evoluído (COUTINHO, 2010).

A expansão dos complexos agroindustriais cresce exponencialmente no país no decorrer de um novo modelo econômico: a modernização tecno-econômica da agricultura brasileira com a presença das grandes empresas e indústrias de produção de bens comuns (COSTA, 1992). Foi seguido por mais mudanças nos anos 90 com intensiva tecnologia e posições neoliberais adotadas pelo Estado (MARAFON, 1998).

Ao debate sobre o desenvolvimento econômico da época, acreditava-se que questões sociais seriam sancionadas e que o ambiente era um provedor de recursos naturais e algumas vezes obstáculo para o crescimento econômico vigente (COUTINHO, 2010). Adiante ao movimento de modernização da economia e da sociedade, começam a decorrer pensamentos sobre os resultados do processo agrícola em atuação, como as dimensões da agressão à natureza e o distanciamento e exclusão dos segmentos produtivos do campo (COUTINHO, 2010), bem como a construção das problemáticas sociais e ambientais, questionamentos sobre sustentabilidade, a concepção da natureza no processo e os problemas nela gerados (RIBEIRO, 1997). Por efeito, ocorrem problemas de êxodo rural, precariedade das condições de vida e acesso a direitos básicos no campo, assim como esgotamentos populacionais nos centros urbanos. Ribeiro (1997) justifica que os padrões tecnológicos implantados no Brasil, foram de contramão às necessidades dos pequenos produtores agrícolas.

A partir da metade dos anos 60, com políticas públicas de desenvolvimento econômico voltadas a latifundiários como implantação de tecnologia química e mecânica de alto custo, com efeito na exclusão dos pequenos produtores familiares, aprofundam-se as desigualdades no campo e aumentam os índices de desemprego, fome e pobreza (RIBEIRO, 1997). Os pequenos produtores são obrigados a competir igualmente nos mercados econômicos, o que não é uma condição real. Assim, gera-se uma crise no sistema convencional, que é maquiada e bloqueada no que diz respeito a soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, a marginalização da sustentabilidade passa a ser vista como uma das soluções essenciais ao modelo de desenvolvimento (RIBEIRO, 1997).

É necessário pensar de forma crítica o modelo de desenvolvimento atual e suas consequências na sociedade, a fim de quebrar pensamentos limitantes e homogêneos, e produzir pensadores e políticas públicas de inclusão dos produtores rurais, que garantam seus direitos básicos, de modo a incentivar a agricultura familiar, a produção sustentável e ecológica e, por consequência, garantir soberania alimentar, saúde, cuidado com o meio ambiente e a dignidade humana.

2.1.1 Agricultura Urbana e expansão territorial

Agricultura Urbana (AU) trata-se de um conjunto de atividades e práticas agrícolas informais e espontâneas realizadas na esfera urbana, que ocorrem em vazios urbanos como forma de autoprodução de folhosos e animais voltada para o consumo de familiares e/ou comunidade, ou comércio local (COUTINHO, 2010). Conceito que passa a ser incluído em pautas e debates governamentais principalmente nos últimos anos, principalmente da década de 80, como possível resposta aos desafios do combate à fome, à pobreza urbana, e a manutenção da biodiversidade e sociobiodiversidade brasileira.

A AU inicia como uma atividade não reconhecida aos planejamentos urbanos, por não ser tipicamente capitalista, mas que está presente em sua paisagem: o ambiente natural ou a natureza são como um empecilho para urbanização, servindo para fornecer recursos naturais às cidades, ou seja, a natureza era sinal de pouca civilização e deveria ser controlada e colocada a serviço da humanidade. É problematizada por Coutinho (2010) pela dicotomia presente na noção conservadorista de agricultura como atividade econômica rural e a construção das cidades como um local de atividades não agrícolas.

O processo de urbanização brasileiro, ilustrado pelo êxodo rural da década de 70, cresce de forma desordenada e irracional, se estendendo aos limites da cidade e por efeito do aumento de espaços vazios nos seus interiores. Autores como Cano (2001) acreditam que no período militar, com o objetivo governamental de transformar o Brasil em uma potência mundial, limitavam-se investimentos em questões sociais e potencializavam-se problemas urbanos, como a expansão e ocupação não planejada de espaços.

Entre 1930 e 1960, a efeito de desastres ambientais, pesquisadores começam a perceber a natureza como um recurso finito, as limitações do modelo urbano-industrial e os problemas ambientais, passando a pensar a ideia de cidade e ambiente natural como único ecossistema (HOGAN, 1989 *apud* COUTINHO, 2010). Problemas como a precariedade do sistema de saneamento ambiental, favelização, inseguranças relacionadas à saúde básica, alimentação adequada, segurança, moradia e insuficiência salarial que garanta condições básicas de sobrevivência passam a ser observados, e a agricultura urbana aparece como uma alternativa e esforço para permite a melhor qualidade de vida (COUTINHO, 2010).

Práticas rurais em espaços urbanos são atividades favoráveis à construção da autoestima dos sujeitos (COUTINHO, 2010), além de novas possibilidades de compreensão dos espaços urbanos. Promovem o debate político junto à democratização de acesso, principalmente a alimentos e remédios, com seu cultivo de plantas e construção de hortas, além de possibilitar renda, ou por economizar na compra, ou por repassar o que é produzido.

A agricultura urbana agora é vista como resposta a problemas urbanos, desencadeados pela superpopulação dos centros urbanos e sua construção desenfreada. É uma possibilidade de política pública e força a ser inserida na agenda pública, para melhoria na segurança alimentar e nutricional do indivíduo, combate à fome, democratização de espaços públicos com a destinação de espaços inativos, melhorias ambientais e a promoção de conceitos como as cidades ecológicas, cidade produtiva e cidade inclusiva. Promove a cidade produtiva quando esta gera desenvolvimento econômico local, renda, trabalho, combate à pobreza com uma economia popular solidária. Propõe ecologia na medida em que trabalha a gestão ambiental e territorial na cidade, como gestão de resíduos, captação de água, manutenção de áreas permeáveis, paisagem urbana e ampliação de área verde. Por último, é considerada inclusiva quando constrói políticas públicas que levam em consideração as diversidades étnico-raciais, de gênero, socioculturais, com foco nas minorias e promovendo políticas de segurança alimentar e nutricional, com participação popular e combate à fome (COUTINHO, 2010).

A partir da Declaração do Milênio das Nações Unidas no ano de 2000, foram propostas oito metas a serem cumpridas até 2015 para impulsionar a discussão sobre agricultura urbana e consequentemente resolver problemas sociais gerados, como é o caso da fome e extrema pobreza (COUTINHO, 2010). É apontado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como capaz de reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, promover o desenvolvimento sustentável e promover a inclusão social (ONU, 2010).

Alguns autores como Coutinho (2007) e Moreira (2008) ilustram a agricultura urbana como um meio de sobrevivência da sociedade e resistência camponesa, para os quais, no meio urbano, tudo é negado. É a reinvenção de novos caminhos e modos de vida, onde são considerados conhecimentos tradicionais e de identidade cultural, podendo fortalecer e valorizar comunidades marginalizadas.

No Brasil, a agricultura urbana foi incorporada nas pautas políticas em 2004, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, onde definiram-se diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Foi criada uma política nacional de agricultura urbana e periurbana (MOREIRA, 2008), como esforço para garantir o direito humano à alimentação. Consequentemente, em 2007 foi realizado o primeiro financiamento para promoção de políticas para agricultura urbana e nele foram estabelecidas 96 hortas para a produção comunitária e 30 hortas voltadas para à comercialização (COUTINHO, 2010).

Após a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006), sucede-se na III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional realizada

em 2007 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e define como o objetivo do Programa de Agricultura Urbana. Para defender o “abastecimento social, de forma a integrar as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares”, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) abriu edital para implementação de projetos seguindo as diretrizes da agroecologia (SANTANDREU; LOVO, 2007):

- diversidade étnica, racial e cultural;
- soberania alimentar e nutricional;
- equidade de gênero;
- segurança alimentar;
- consumo e hábito saudável;
- economia justa, solidária e familiar;
- construção de conhecimento que respeite os saberes e a tradicionalidade;
- justiça socioambiental e a solidariedade;
- empoderamento e autonomia aos agricultores urbanos e periurbanos.

2.1.2 Agricultura Urbana em Belo Horizonte / Minas Gerais

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, discute junto às esferas federais a construção e manutenção de ações para a garantia ao direito humano à alimentação e o apoio político (COUTINHO, 2010). Em Minas Gerais, políticas a respeito da agricultura urbana entram no debate político desde 2006 com a Lei n. 15.973/2006 (MINAS GERAIS, 2006a), que rege a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU), definindo como objetivo o apoio à agricultura urbana. Para alcançá-lo, determina como metas: aumentar o acesso à alimentação; gerar empregos e renda; incentivar práticas de cultivo agroecológico e práticas alimentares saudáveis; promover a economia popular solidária; estimular o aproveitamento de espaços ociosos que são espaços públicos ou privados sem utilização ou subutilizados para desenvolvimento de programas de combate à fome e à exclusão social (COUTINHO, 2010).

As políticas da PEAU são nesta instância planejadas e elaboradas a partir da descentralização e participação dos beneficiários pela ação, tendo como instrumentos a capacitação dos beneficiários, crédito e seguro agrícola, assistência técnica e reconhecimento da qualidade de origem dos produtos. Tem apoio e articulação conjunta com a Política Estadual de Segurança Alimentar pela Lei n. 15.982 (MINAS GERAIS, 2006b), Política Nacional e Estadual de Saúde, Alimentação e Nutrição, Alimentação Escolar e Desenvolvimento Regional

e Política Urbana, e avaliação dos beneficiários pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais (CONSEA-MG) junto do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dentro de Belo Horizonte, o tema da Agricultura Urbana é incorporado ao Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e junto à IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, que aconteceu no ano de 2007, na capital mineira, a qual destaca a melhoria na qualidade de vida e o desenvolvimento local em Belo Horizonte e regiões metropolitanas (COUTINHO, 2010). E a partir de 13 de setembro de 2011, a secretaria municipal do Governo de Belo Horizonte define como AU: “O conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços” (BELO HORIZONTE, 2011).

A agricultura urbana em Belo Horizonte, para Coutinho (2010) tem início anterior às políticas citadas anteriormente, começa em 1993 com debates dentro dos planos de ação da Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Está última, em 1996, junto à ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), instala o primeiro centro de vivência em área periférica por demanda populacional por programas de produção de alimento, o Centro de Vivência Agroecológico (CEVAE).

Belo Horizonte foi selecionada para ser a primeira cidade brasileira a desenvolver projetos de planejamento das práticas de agricultura urbana (COUTINHO, 2010). Junto à REDE, que é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, foram surgindo na capital organizações da sociedade civil voltadas para a democratização do Estado e participação popular. Foram promovidas ações voltadas à agroecologia, segurança alimentar e nutricional, agricultura urbana e economia popular solidária (COUTINHO, 2007).

Atualmente em Belo Horizonte, a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, que é vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), apresenta no site da prefeitura cerca de 234 unidades produtivas mapeadas e registradas no município, sendo 40 unidades institucionais, em Centros de Saúde, CRAS e outras unidades públicas e privadas, 42 hortas comunitárias e 151 unidades escolares (PBH, 2021a). Os primeiros programas de ações voltados à agricultura urbana na capital mineira, como colocado anteriormente, foram os CEVAEs que, com recursos de Orçamento Participativo (OP) do município, foram implantados nas comunidades mais carentes do município, selecionadas por meio de avaliação da prefeitura.

Voltados para fortalecer as comunidades e permitir seu autoabastecimento e geração de renda, os centros foram instalados inicialmente em 4 regionais diferentes, sendo CEVAE Taquaril, CEVAE Capitão Eduardo, CEVAE Morro das Pedras, CEVAE Serra Verde e o CEVAE Coqueiros, este último incluído no programa no ano de 2018. Em 2000, são colocados como novas metas ao programa melhoria da qualidade ambiental local, da alimentação da comunidade e geração (alternativa) de renda, com estratégias como educação ambiental, sanitária e alimentar, criação de cursos e eventos e a criação de comissão gestora com membros da comunidade (COUTINHO, 2010).

Outra experiência que foi implantada em BH foi o programa Cidades Cultivando para o Futuro ou Programa BH Cultivando Agricultura Urbana, sendo a cidade selecionada como piloto no Brasil após o Programa Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES), do Peru, e da Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), da Holanda, que são projetos voltados para a capacitação dos produtores para a comercialização de produtos de agricultura urbana (COUTINHO, 2010). Os principais objetivos do programa são apoiar e empoderar agricultores urbanos; inserir e capacitar pessoas locais para construção e implementação de ações governamentais e ações estratégicas para AU; reduzir a pobreza urbana; promover segurança alimentar e melhorar a qualidade ambiental das cidades. Recentemente foi implantado pela PBH o Movimento Gentileza, com intuito de estruturar e equipar hortas comunitárias já vigentes na capital.

2.2. SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

A soberania alimentar é o direito e a liberdade de um povo de definir suas próprias políticas e estratégias de distribuição, consumo e produção alimentar sustentável (MPA, 2022). É o direito de toda comunidade à alimentação que respeite suas culturas, diversidades de modos de produção, comercialização e gestão. Além de ter disponibilidade, é preciso de quantidades suficientes de alimentos nutricionalmente adequados; acesso e recursos para adquirir esses alimentos; saúde, higiene e saneamento para utilizar o alimento de forma eficiente; e estabilidade para que tenha esses alimentos disponíveis e acessíveis a todo momento (CZEZACKI, 2021).

A soberania alimentar é, além disso, luta política e de gênero, na qual as mulheres desempenham papel fundamental na manutenção das identidades comunitárias. É também luta camponesa pelo direito de produzir seu próprio alimento, combate ao agronegócio e as políticas neoliberais que excluem o trabalho familiar e sustentável, e um eixo de articulação para

impulsionar a reforma agrária e a construção de uma sociedade mais justa e com participação camponesa, de povos originários e tradicionais (MPA, 2022).

Para entender a importância do estudo sobre a alimentação, é essencial pensar sobre a soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e agroecologia coligada aos princípios dos direitos humanos à alimentação adequada (DHAA). São considerados aspectos sociais, econômicos, culturais, a produção alimentar, o processo de se alimentar e alimentar o outro, suas relações comensais, de nutrir o corpo, mente e alma.

O período da crise alimentar fortalecida pelo surto do novo coronavírus (2019-nCoV), que se constituiu em uma Emergência de Saúde Pública de importância Internacional (ESPPI) (VIGISAN, 2021), é apontado por Bezerra, Jacob e Alexandre-Weiss (2021) como momento para ganhar força a reflexão-ação-transformação, a fim de garantir direitos coletivos e reivindicá-los. Neste mesmo período, houve aumento dos diálogos sobre saúde, cresce a preocupação a respeito de consumir alimentos mais saudáveis, aumentando as práticas de atividades físicas, mudando o olhar das pessoas para a alimentação, para as preparações e sucessivamente a produção de hortaliças (JUNIOR, 2020).

A agroecologia é a agricultura sadia, aquela que não necessita de muitos recursos, apenas o que o ambiente já lhe oferece, assegurando alimentos sadios e vida saudável, e recuperar a vegetação 'esgotada' (CARLÓN, 2021). Também é espaço de resistência de povos originários e indígenas, abraçados pela população camponesa, a qual junta saberes tradicionais, cultura, conservação da biodiversidade e da alimentação sadia, atendendo requisitos de desenvolvimento sustentável e equitativo (CARLÓN, 2021), como é apresentado em Gliessman (2007), em que produções baseadas em princípios agroecológicos são biodiversas, resilientes, têm menor incidências de pragas e doenças, mais eficientes energeticamente e socialmente justas, sendo as bases para soberania alimentar.

São sistemas de produção que resistem à produção alimentícia dominante, sem inclusão de aditivos químicos, que acreditam na sustentabilidade da vida a partir do ecossistema natural, que são os agroecossistemas. Estes passam a ser dialogados e reconhecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), quando, em consequência da produção voltada ao agronegócio, passa-se a gerar alterações climáticas e ambientais, precisando adaptar o processo produtivo global (BRASIL, 2020).

A memória alimentar junta-se à soberania e segurança alimentar e nutricional para a afirmação da agroecologia, que é uma forma de produção onde não se usa agroquímicos, recuperando práticas e saberes ancestrais, uma produção de modo a garantir o cuidado e equilíbrio da terra sem esgotá-la. Conservação da biodiversidade e alimentação são juntos um

pilar para a emancipação das mulheres camponesas responsáveis pela produção agrícola, de modo a melhorar sua autoestima, sua renda com autonomia financeira, autonomia política e reconhecimento social, abrindo espaços políticos para sua participação e voz (BEZERRA; JACOB; ALEXANDRE-WEISS, 2021).

Uma das grandes possibilidades com a produção agroecológica é a recuperação dos solos com base nos Fungos Micorrízicos Arbusculares (FMAs), que ocorre de forma generalizada e interage com a maioria das plantas (KLAUBERG-FILHO; SIQUEIRA; MOREIRA, 2002), eles promovem o crescimento e absorção de nutrientes nas plantas mesmo em condições de estresse. As micorrizas arbusculares, como também são chamadas, são associações simbiotróficas entre fungos da ordem Glomales e raízes da maioria das plantas vasculares e atuam como um complemento do sistema radicular da planta hospedeira, capaz de aumentar a absorção de fósforo e outros nutrientes, promover proteção contra patógenos e desencadear no hospedeiro diversos outros efeitos ainda não de todo compreendidos (FILHO; CARDOSO, 2001). A riqueza de espécies e aumento da presença dos fungos micorrízicos relacionam-se inversamente com as concentrações de metais no solo; assim, o número de FMA tende a aumentar sucessivamente, enquanto os índices diversidade, riqueza e equidade de outras espécies tendem a diminuir nas comunidades estabelecidas nas rizosferas da espécie clímax (CARRENHO; TRUFEM; BONONI, 2001).

Segundo Carlón (2021), o sistema de produção agroecológico permite uma interação sociedade-cultura-natureza, disponibiliza o acesso a alimentos diversos, com qualidade e que estão vinculados à cultura. Além disso, permite que as famílias permaneçam no território, recuperando seus costumes, identidade, cultura, a agrobiodiversidade e conseqüentemente melhorias na saúde, através da alimentação sustentável.

As mulheres são as principais responsáveis na produção agrícola familiar (BARBOSA, 2021) e na manutenção dos saberes da cultura alimentar (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021). Por isso, é importante falar da territorialidade feminina na utilização dos recursos que lhe estão disponíveis, com modos de fazer tradicionais, passados de geração a geração para garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional das suas famílias. As mulheres são as responsáveis por todo o cuidado com a família, responsáveis pelas refeições cotidianas, de festas e rituais, são as principais detentoras dos conhecimentos tradicionais, das produções, seus sentidos e símbolos em suas comunidades, entretanto não são reconhecidas (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021). O cultivo agroecológico em harmonia com a natureza, para manutenção da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico e ambiental, através de

variação genética e não utilização de agrotóxicos, são algumas técnicas conservadas pelas mulheres em seus quintais e roças para manutenção da segurança alimentar familiar.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022?), entre os anos de 2012 e 2014, aproximadamente 805 milhões de pessoas sofreram com a fome no mundo, 60 % em relação a anos anteriores na região da América Latina e Caribe, isto devido às metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)² (ONU, 2010). Entretanto, ao pensar que a América Latina é a maior produtora de alimentos do mundo e de grande extensão de riqueza natural, esta tem produção agrícola capaz de alimentar todos os seus habitantes, o que não ocorre devido à má distribuição e acessibilidade dos mais necessitados a esses produtos.

Para combater os desafios sociais, particularmente a extrema pobreza e a fome nos países como, por exemplo, o Brasil, que é de onde estamos falando, é necessário combinar ações públicas com crescimento econômico e compromisso político para desenvolvimento de políticas públicas que atinjam as populações mais vulneráveis. Porém, no momento atual, com o desmonte de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional e agroecologia, a extinção de espaços como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Diretoria de Política para as Mulheres, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Comissão Nacional de Agroecologia, é notório o enorme retrocesso (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021).

A instauração do pensamento sobre segurança alimentar entra nas pautas públicas pela falta desta e seus impactos, deste modo é indissociável que se compreenda o que é a insegurança alimentar e como ela atinge a população brasileira, para pensar a formulação de práticas de redução. Durante o período de pandemia de coronavírus (2019-nCoV), problemas relacionados a práticas alimentares são potencializados, ações de saúde alimentar ficam cada vez mais escassas no país, agravando a situação da insegurança alimentar no país. De acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO), no ano de 2020 para 2021 o aumento no valor total de commodities alimentares foi de 28,1 %, dificultando o acesso da população a adquirir seus alimentos (FAO, 2022?).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) elaborou o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” em 2021, com a primeira avaliação global de insegurança alimentar na pandemia em 2021, o

² Metas estabelecidas pela ONU em 2000 com o apoio de 191 nações, estabeleceram-se 8 metas voltadas a políticas públicas, onde os países participantes teriam que cumprir as metas propostas até 2015.

Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da coronavírus (2019-nCoV) no Brasil. A pesquisa obteve que 55,2 % da população encontrava-se em insegurança alimentar e 9 % conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de Insegurança Alimentar (IA) grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12 %) (VIGISAN, 2021).

Compreender a questão da fome no Brasil e as demais manifestações de insegurança alimentar é importante para ampliar discussões sobre o assunto, para sensibilizar a sociedade brasileira e seus governantes e cobrar posições e políticas públicas de erradicação deste problema. Hoje, do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar e destes, 43,4 milhões não tinham alimentos suficientes e 19 milhões de brasileiros enfrentavam a fome (CZEZACKI, 2021). Foi constatado que esses índices de IA dobram em domicílios no interior do país.

A Manutenção da Segurança Alimentar é um conjunto de ações para garantir os direitos básicos de todos os cidadãos, dispostos na Constituição de 88³ e reafirmados a partir da lei de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2006), por meio de ações públicas como a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que visam criar atividades e programas voltados ao assunto. É importante lembrar também que a alimentação e sua segurança vão além de características nutricionais adequadas para saúde humana, como afirma Mota, Siliprandi e Pacheco (2021, p.23): “Os alimentos com sua história e seus usos são fundamentais para a conservação da biodiversidade”. O alimento carrega consigo a sua memória, seu espaço de produção, sua cultura, as relações que os indivíduos têm com ele e dele com a terra. Deste modo, a Segurança Alimentar está no respeito social ao produto (alimento) junto à história e saúde de quem o ingere e cuida, “o alimento é mais do que nutriente, sendo fundamental considerar os aspectos sociais e culturais que envolvem a alimentação” (VALENTE, 2002 apud BARBOSA, 2021 p. 109).

2.3 HORTAS COMUNITÁRIAS

A prática de cultivo de legumes e hortaliças, e a concepção das hortas são atividades presentes na vida de muitas pessoas, principalmente entre as mulheres (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021). Estas podem aparecer em diferentes áreas e tamanhos dentro dos espaços

³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Criada para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional. Disponível em : Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 22 out. 2022.

urbanos, motivadas principalmente pelos valores e costumes afetivos referentes à vida na roça (ALMEIDA, 2004). Hoje em dia, existem projetos e construção de hortas em todos os espaços, uma prática que nos últimos anos passou a fazer parte da vida das arquitetas e decoradoras, como elemento estético.

As famílias, principalmente as oriundas das zonas rurais, de modo geral sempre tiveram os hábitos de cultivar seu alimento. Com a mudança para regiões metropolitanas, mantiveram-nos, entretanto em proporção de espaço menor, criando diferentes tipos de hortas. Esse conceito também carrega consigo a ideia de plantações que têm cultivos mais fáceis e sem muitos espaços, como temperos e folhosos de modo geral.

Neste contexto, é importante pensar nas hortas como símbolo de resistência, principalmente feminina, pois nas hortas mantém-se os costumes alimentares, através de seus temperos, do plantio de plantas tradicionais, saberes de curandeira, com remédios e chás produzidos com o auxílio de plantas específicas. Deste modo, as hortas são espaços de convívio, manutenção da cultura e identidade de povos, tendo como função a produção alimentar, função social (VARELA, 2020) e ecológica.

2.3.1 Hortas Comunitárias em Belo Horizonte

Nas últimas décadas, como relatado, pesquisadores e a sociedade civil passaram a enxergar a agricultura urbana e, sucessivamente, as hortas comunitárias, como uma forte política de gestão social, ambiental e cultural, podendo estas, melhorar as condições de vida da comunidade por meio da geração de renda e na promoção de alimentos mais saudáveis. As hortas comunitárias são definidas como espaços principalmente públicos e ociosos que são usados para o plantio de alimento e aproveitamento de espaço, através de trabalho voluntário e solidário da comunidade.

A ideia das hortas comunitárias cresceu muito nos últimos anos como política pública em todo o mundo, colocada como uma das metas do milênio para erradicação da fome, e vem para a agenda política junto de projetos de lei que trabalham a AU, Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), ecologia e meio ambiente, principalmente como potencialidades de manutenção de direito básicos muitas vezes não garantidos (SUSAN, 2021).

Segundo Costa et al. (2015), “a prática das hortas e as diretrizes e campos de ação criam ambientes saudáveis, reforça a ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais, estímulo à autonomia e empoderamento”, e partindo desses pontos se construíram projetos de hortas comunitárias dentro de Centros de Saúde, como UBS escolas, parques e comunidades.

3. METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado na pesquisa para o estudo do objeto é o indutivo, que é o registro de dados e informações particulares que leva a uma afirmação mais geral (VALER; MARCHESAN, 2021). A partir das informações de cada horta selecionada, foi compilado os dados e elaborado conclusões sobre hortas comunitárias em Belo Horizonte.

O procedimento metodológico utilizado é o qualitativo, que estuda o objeto de pesquisa e as relações dele com o seu espaço, levando em consideração o contexto em que está inserido e a sua subjetividade (SEVERINO, 2007). O método é adequado para análise do objeto a partir de aspectos não quantificáveis, como as experiências dos indivíduos com as hortas comunitárias e suas formações e construções, com a utilização de método de observação direta intensiva, que é um instrumento de desenvolvimento de pesquisa que se utiliza da observação dos fenômenos externos ao objeto e análise deles (VALER; MARCHESAN, 2021).

A partir deste método, é utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, na qual o pesquisador consegue guiar as entrevistas para as questões a serem levantadas na pesquisa, com perguntas direcionadas e abertas, e as observações. O procedimento usado para a organização dos dados será a pesquisa de campo, que corresponde à visita ao lugar onde o objeto de pesquisa está para observação direta do espaço, aplicação de entrevista a fim de obter os dados desejados e análise dos mesmos (VALER; MARCHESAN, 2021).

O trabalho inicia com uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos bases do estudo, como agroecologia, segurança alimentar, agricultura urbana e hortas comunitárias. Subsequentemente foram pesquisadas as políticas de agricultura urbana, com foco nas hortas comunitárias cadastradas na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A partir dos dados e registros coletados através no site da PBH, foram feitas visitas e entrevistas pré-estruturadas em três espaços resididos com hortas comunitárias na capital. Os espaços visitados foram: Escadão Agroecológico, espaço aberto no bairro Pompeia na região leste de Belo Horizonte; Horta da Baixada, que possui espaço cedido pela PBH, no bairro Saudade, também na região leste; e por último o COMUPRA, que é um Conselho Comunitário do bairro Ribeiro de Abreu na região Nordeste.

Cada espaço foi visitado por duas vezes, sendo a primeira em um momento de mutirão programado pelos integrantes do espaço e divulgado nas redes sociais. O objetivo foi conhecer o trabalho e os trabalhadores de modo informal, ajudá-los e construir um primeiro contato. A segunda visita foi pré-agendada com o responsável, para tirar fotos e confirmar informações pendentes. Além das visitas, também foi mantido contato com os responsáveis via aplicativo de mensagem (*WhatsApp*), principalmente pela dificuldade de encaixe de horários.

As entrevistas foram norteadas por sete perguntas básicas: 1) função do entrevistado(a) na horta; 2) processo e ano de criação da horta; 3) participação da Prefeitura; 4) quantidade de integrantes; 5) processo de seleção de mudas 6) produtos cultivados na horta; 7) distribuição da produção. Com base nesses direcionamentos, foi construído um diálogo informal e aberto com dois entrevistados, que são os principais responsáveis pelas hortas. Na horta da Baixada e no Escadão Agroecológico o responsável técnico, agrônomo, com cursos de agricultura urbana, agroecologia e sobre hortaliças, e que reside na região. Além das entrevistas, foi possível levantar alguns dados e informações a partir de observações e trocas de conhecimentos com outros voluntários no dia que aconteceu o mutirão.

Por fim, este artigo é fruto da síntese das informações obtidas por meio de contato e observações diretas intensivas nas hortas visitadas, das pesquisas e dados bibliográficos encontrados sobre o assunto dentro de Belo Horizonte, para ampliar as opiniões e pontos de vistas sobre as hortas comunitárias.

4. RESULTADOS

As pautas de Belo Horizonte voltadas para agricultura urbana, entram em debate nas esferas políticas em 1993 (COUTINHO, 2010). Com o passar dos anos, foram se consolidando leis e iniciativas para promoção destas práticas. Atualmente no site da prefeitura há aproximadamente 42 hortas urbanas cadastradas, distribuídas por toda a cidade. Entretanto, no cadastro existe uma escassez de informação sobre as hortas e seus responsáveis. Na pesquisa escolheram-se três hortas comunitárias, selecionadas a partir da facilidade de contato com os responsáveis e por apresentarem estruturas e propostas diferentes, assim entendemos ser capaz de criar amplo diálogo entre elas.

4.1 ESCADÃO AGROECOLÓGICO

O Escadão Agroecológico, foi o primeiro espaço visitado, fica localizado na região Leste de Belo Horizonte, ao final da rua Tulipa, no bairro Esplanada, em um espaço residual aberto íngreme e ao lado de uma escadaria que liga a rua Tulipa com a rua Antônio Olinto (figuras 1 e 2). Construída em 2018, pela iniciativa de um casal de moradores do bairro após participarem do curso “Trilhas da Agroecologia”, ofertado pela Prefeitura, parte do programa “Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-Horizontina articulada às Bases Agroecológicas”. Empolgados por aplicar os conhecimentos adquiridos, desenvolvem um evento de trocas de mudas, sementes e saberes no bairro. No encontro conheceram um morador que plantava algumas espécies nas partes mais planas do morro e despertou nos outros moradores da região

a vontade por transformar um local vazio, com poucas espécies de plantas e utilizado como depósito de lixo e práticas ilícitas, em uma horta comunitária.

Figura 1- Escadão Agroecológico



Fonte: Mutirão hoje. Obrigado a todas e todos. [Belo Horizonte], 28 out. 2019. Instagram: @escadaoagroecologico.esplanada. Disponível em: Escadão Agroecológico Esplanada (@escadaoagroecologico.esplanada) | Instagram. Acesso em: 02 out. 2022.

Figura 2 – Escadão Agroecológico (imagem satélite)



Fonte: Imagem Google Maps. Escadão Agroecológico. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023.

Em 06 de outubro de 2018, iniciaram o primeiro mutirão de limpeza do espaço, contenção de níveis e cobertura do solo. Em seguida, fizeram contenção de bambu para as curvas de nível, aplicação de princípios agroecológicos para a proteção e preparação do solo, plantio de mudas e sementes. Devido ao desnível do espaço, nestas partes foram plantadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS), por serem mais resistentes e ajudarem na contenção do solo, principalmente por não disporem ainda naquele momento de irrigação regular.

Em um segundo encontro com mais integrantes da comunidade, em novembro de 2018, foi definido o nome da iniciativa e a entrada de documentações à Regional Leste, que é a sede administrativa da prefeitura voltada para projetos nos bairros que constituem a região leste da cidade de Belo Horizonte. Após o cadastro na Regional os documentos foram entregues ao Projeto Adote o Verde, para conseguir a concessão de água encanada pela Prefeitura e um sistema de irrigação. Além disso, ouviram as preocupações dos diferentes moradores, que em sua maioria pediram para que não fossem plantadas árvores grandes no espaço, que poderiam ser usadas como esconderijo, tornando o espaço inseguro para a comunidade.

O espaço comunitário do Escadão é cuidado periodicamente apenas pelo responsável técnico e um único morador do entorno da escadaria, entretanto os moradores das casas arredores e moradores do bairro participam e opinam sobre o espaço através dos grupos e conselhos do bairro. A principal ideia da comunidade na construção do espaço é que este seja uma fonte de aprendizado e não apenas de alimento, com papel educativo, que possibilite debates sobre agroecologia, segurança alimentar, valorização de saberes ancestrais, oficinas sobre agroecologia, promoção de encontro culturais, em um espaço urbano, antes ocupado por lixo e insegurança da comunidade.

Atualmente, o escadão agroecológico, foca na educação e socialização agroecológica, principalmente vivências com escolas, eventos culturais como blocos de carnaval e oficinas de plantio. Consentir a ressignificação de um espaço público, tornando-o mais acessível e útil, gera à comunidade a sensação de pertencimento e segurança. As aulas e/ou oficinas geridas no escadão permitem que as crianças aprendam e vivenciam dentro da cidade o contato com os alimentos por diferentes dimensões, suas relações com a saúde e o bem-estar. Conhecer e aprender sobre insumos distintos, sua forma de produção, se são árvores, raízes, além de compreender e identificar o que são as plantas alimentícias não convencionais (BRASIL, 2014).

Em entrevista com o responsável técnico, ele começa explicando que é um dos idealizadores do projeto, que mora na região, é agrônomo e chegou a fazer alguns cursos de agricultura urbana e cursos sobre hortaliças já oferecidos pela prefeitura, nos anos que iniciaram com o projeto. Contou que a escolha dos produtos dentro do espaço é feita a partir das doações de muda pela prefeitura, eventos de trocas de mudas ou doação da comunidade. Relata que o principal apoio da Prefeitura no espaço é com as doações de muda e com materiais para limpeza e poda do espaço, além da isenção da fatura de água no espaço em função do Projeto Adote o Verde.

Neste momento, existem poucos integrantes que cuidam do espaço todos os dias, os principais participantes são os moradores da região, especificamente um homem aposentado que mora ao lado do espaço onde reside o escadão e o responsável técnico. Outros participantes estão presentes no espaço ocasionalmente em mutirões. O entrevistado relata a dificuldade na manutenção pelo fato do espaço ser totalmente aberto, acontecendo de entrar pessoas ou animais e acabaram pegando plantas, degradando o espaço, o que desanima algumas pessoas da região de cuidá-lo. No momento há plantado no espaço: goiaba, acerola, pitanga, amora, romã, cana, tomate e PANCS como jambu, taioba, feijão andu, bertalha roxa, coentro selvagem, alho social, ora pro nobis, e medicinais como erva cidreira, tanchagem, guaco e artemísia.

4.2 HORTA DA BAIXADA

A Horta da Baixada (figuras 3 e 4) é o espaço mais novo, e com menos informações dos visitados. Construído em 2021, fica na rua Belém, 1563, bairro Pompéia, região Leste de Belo Horizonte. Nasce da iniciativa da comunidade ao redor do espaço que observa um lote vago na esquina de suas ruas, juntando mato alto, entulho e atraindo animais, tornando-se esconderijo. Com a abertura para credenciamentos de áreas para criação de unidades produtivas pela Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU) da Prefeitura de Belo Horizonte, que iniciou em 2019, a comunidade entra com o pedido de posse do espaço para cultivo e manutenção, e consegue.

Figura 3 - Horta da Baixada



Fonte: Canteiros receberam plantio de adubação verde, feijão andu, feijão de porco. Além de milho. [Belo Horizonte], 24 abr. 2022. Instagram: @horta_da_baixada. Disponível em: @horta_da_baixada | Instagram. Acesso em 02 out 2022.

Figura 4 – Horta da Baixada (imagem satélite)



Fonte: Imagem Google Maps. Horta da Baixada. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023.

Após a flexibilização da pandemia, com a ajuda do mesmo auxiliar técnico responsável pelo Escadão Agroecológico, o espaço da horta começa a ser trabalhado, é cadastrado na Regional Leste, onde está localizado. Um espaço aberto e que passa a ser fechado pelos responsáveis, para limitar apenas a eles o acesso e garantir o cuidado dos seus trabalhos. A manutenção periódica do espaço, limpeza, planejamento de plantio e distribuição da produção são feitas pelos responsáveis, que são principalmente dois moradores da região. Também contam com a ajuda de mais moradores, sem muita regularidade, e com o público em geral em momentos de mutirão no espaço.

O principal objetivo da construção da Horta da Baixada é a produção de alimentos mais saudáveis, orgânicos e nutritivos para a comunidade, em especial, os participantes do projeto. Os produtos que já foram produzidos no espaço são milho, feijão, feijão andu, tomate, diferentes abóboras, couve, coentro, girassol, salsa, cebolinha, salsa, alface, almeirão, espinafre, capim cidreira e camapum (*Physalis*). No espaço, os produtores fizeram um pequeno espaço fechado e protegido por telas finas para o plantio das hortaliças mais sensíveis, evitando a entrada de pássaros e animais, possibilitando a manutenção do cultivo.

Como dificuldades foram relatadas inicialmente a demora das instalações de água no espaço pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG), postergando por mais de seis meses a produção no espaço, e a instabilidade dos voluntários, pois quando se conversa com os moradores ao redor sobre a ideia muitos se interessam, mas poucos disponibilizam-se de cuidar do espaço. Muitas vezes, há embates entre os moradores que estão sempre presentes no cuidado e plantio da horta, com outros moradores que normalmente estão mais interessados em somente colher os produtos. Dentre os participantes desta horta, a maioria são pessoas de mais idade e aposentadas que moram no mesmo quarteirão do espaço e que conseguem passar boa parte do seu dia à disposição do cuidado com o espaço.

4.3 CSA BAI ONÇA

O terceiro espaço visitado foi a sede do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) (figura 5), que é um grupo de moradores dos bairros Ribeiro de Abreu e Conjunto Ribeiro de Abreu, criado com o objetivo de integrar o Ribeirão do Onça, mesmo poluído no dia-a-dia dos moradores.

O bairro Ribeiro de Abreu, tem acesso pela rodovia estadual MG-020. Localizado na região nordeste da cidade, o bairro surgiu nos anos 50, às margens do Ribeirão do Onça, sujeito ao perigo das chuvas e alagamentos toda vez que o verão chega. Um dos bairros mais extensos da capital mineira junto ao Conjunto Ribeiro de Abreu (conjunto de 50 prédios de 12 apartamentos, construídos na década de 1970).

Figura 5 – COMUPRA (imagem satélite)



Fonte: Imagem Google Maps. COMUPRA. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023.

Desde que a fazenda Capitão Duarte se tornou o bairro Ribeiro de Abreu e conjunto Ribeiro de Abreu, na contramão desses processos de canalização das águas correntes da capital. O que acontece às voltas do Ribeirão Onça, que corta o bairro Ribeiro de Abreu, na região Nordeste, é a prova do quanto é possível se relacionar com os rios de forma diferente e respeitosa, assumindo a existência deles e reconhecendo toda vida que os envolve. Com a intenção de mostrar como cidadãos que se apropriam do conhecimento e de suas próprias potências são capazes de transformar um lugar e inspirar novas políticas públicas.

O Conselho Comunitário com intuito de melhorar a vida da comunidade do Baixo Onça por meio de ações coletivas de educação, saúde, trabalho, lazer, geração de renda, ecologia e consciência da cidadania, começa a buscar políticas públicas para o tratamento do Ribeirão do

Onça, e mais recentemente a implantação do CSA BAI ONÇA (Comunidade Solidária em Agroecologia) e o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão do Onça.

O projeto CSA BAI ONÇA (Comunidade Solidária em Agroecologia), que visa a melhor distribuição de alimentos dentro da comunidade. Como conta a responsável entrevistada, o projeto foi construído no final de 2020, a partir de uma voluntária do Conselho, mas que alguns meses após a instalação da horta abandona o projeto, e este então é assumido por todos os responsáveis assíduos do Conselho.

O CSA BAI ONÇA consiste no cadastro de famílias das regiões próximas ao bairro Ribeiro de Abreu, e distribuição de cestas (figura 6) montadas com os ingredientes colhidos na horta comunitária presente na sede do COMUPRA e também na horta comunitária do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, que é um espaço de convivência construído também pelo Conselho Comunitário em outra área da comunidade.

A distribuição desses produtos acontece a partir do cadastro e pagamento mensal no valor de cesta, que pode ser família ou individual. As cestas são distribuídas todas as segundas-feiras, com 10 ou 6 produtos, dependendo do tamanho escolhido, dividido esses itens em folhas, legumes, raízes, temperos, frutas e PANCs, à disposição na horta. Além desses produtos, ocasionalmente os associados podem receber em suas cestas dicas de receitas com ingredientes não convencionais e produtos artesanais, produzidos por voluntárias da organização, como geleias, compotas, óleos essenciais, medicamentos e cosméticos naturais. Uma forma da organização de também divulgar e incentivar o trabalho de algumas voluntárias.

A partir da arrecadação semanal das cestas pelas famílias filiadas, a dirigente do projeto relata que muitas pessoas se surpreendem com algumas PANCs, contando que nunca tinha comido, suas opiniões sobre o ingrediente, as cartilhas de receitas, benefícios e as sugestão de como usar, o que facilita e incentiva ainda mais o consumo desses alimentos.

Além das cestas, uma das integrantes nos relata sobre sua produção de cosméticos naturais com plantas do espaço e algumas de sua casa. Ela nos conta que o espaço propôs à comunidade, há alguns anos, curso de medicina e cosmético naturais, e que ela participou do curso e, a partir dele começou a produzir cosméticos, xaropes e tinturas, e vender como forma de renda extra. Outra integrante da comunidade faz doces e geleias a partir de frutas do espaço para vender, e também têm seus produtos distribuídos nas cestas, também gerando renda a elas.

Por fim, todo o valor arrecadado com as cestas possibilitou que, atualmente dentro da sede do Conselho Comunitário exista uma pessoa recebendo um salário para manter as hortas, para além do trabalho dos voluntários, e também investir em projetos vigentes e futuros.

Figura 6 - Cestas Do Projeto CSA Bai Onça



Fonte: CSA BAI ONÇA. [Belo Horizonte], 19 jul. 2021. Instagram (Stories): @deixemoncabeveragualimpa. Disponível em: Stories • Instagram. Acesso em 02 out. 2022.

O COMUPRA hoje está localizado em um espaço de aproximadamente 5 mil m² cedido pela Copasa, por um contrato de 10 anos. Onde no passado era uma grande fazenda, dentro do Conjunto Ribeiro de Abreu, com isso quando os integrantes se mudaram já havia pelo espaço muitas plantações de frutas, PANCs e verduras. A escolha pelos outros produtos plantados de acordo com a integrante entrevistada foi feita a partir da escolha deles por produtos que são mais comuns nas feiras e que atraíam os colaboradores, contou também que possui um grupo de *WhatsApp* com estes e nele existem conversas diretas com quem usufrui das cestas, para entender se atende aos gostos ou não, para sempre ir melhorando e aumentando os produtos plantados. Dentro dos produtos hoje plantados no espaço estão; Alface, acelga, ora-pro-nobis, taioba, tomate, coentro do mato, coentro, cebolinha, salsinha, cenoura, manjericão, hortelã, goiaba branca, goiaba vermelha, laranja do mato, jabuticaba, manga, pitaya, beldroega, cidreira, picão, amora, pitanga, capuchinha, mamão, peixinho, azedinha, milho, feijões, banana, jiló, entre outros. Todas as plantas que são cultivadas estão nas cestas de alguma forma, folhosos e hortaliças in natura, frutas in natura ou em forma de doces e as ervas in natura ou como cosméticos.

Além das hortas, na sede do Conselho Comunitário, também ocorrem reuniões com diferentes parceiros, públicos e privados, e atividades para a comunidade, como aulas de computação para idosos, entre outras. O espaço, pela sua amplitude, também serve de apoio e

exemplo para outras hortas comunitárias como as outras visitadas, através de doação de mudas, bambu para contenção e trocas de experiências.

5. DISCUSSÃO

A construção de Hortas Comunitárias pode ser feita de diferentes formas. Ainda que com o incentivo e apoio das políticas públicas, são iniciativas totalmente populares, que somente são possíveis a partir da mobilização e organização comunitária. No presente estudo apontamentos sobre as implantações de 3 hortas comunitárias em Belo Horizonte.

As três hortas visitadas no trabalho descritas estão localizadas na região Leste e Nordeste de Belo Horizonte, dentro das regiões, os bairros Pompeia e Saudades localizados mais ao centro da capital, e o bairro Ribeiro de Abreu mais afastado. Para compreender melhor cada uma das regiões, foram analisados os índices Demográficos e Socioeconômicos da Prefeitura de Belo Horizonte em 2010 (PBH, 2021b), contendo população, área, domicílios, densidade demográfica e renda média. As diferenças entre as duas regiões não são grandes, de acordo com os dados, sendo duas regiões onde a média salarial da população está abaixo da média municipal, que é R\$ 1497,33: região leste, com R\$ 1400,02, e nordeste, de R\$ 1162,19 (PBH, 2018).

Reportagem realizada por Werneck (2022) mostra o impacto de horta comunitária na qualidade de vida dos moradores de Belo Horizonte, e aponta que as hortas comunitárias em Belo Horizonte têm sido responsáveis por promover a inclusão social e a integração dos moradores em atividades produtivas, melhorando a autoestima e a saúde mental dos envolvidos. Além de impactos positivos no meio ambiente, como a redução do uso de agrotóxicos, melhoria da qualidade do ar e do solo nas áreas urbanas, ela também contribui para a conservação da biodiversidade local, com a criação de áreas verdes em espaços urbanos (COUTINHO., 2010).

A partir das visitas nas hortas foi possível perceber a disparidade entre cada um dos espaços visitados. O incentivo à agroecologia por parte da PBH nos últimos anos permite a diversidade de espaços agroecológicos na cidade, com propostas e direcionamentos diferentes para cada um deles. Possibilita também atingir mais pessoas e de diferentes formas.

Nas três hortas, foi possível perceber as conexões afetivas que os colaboradores, de modo geral, têm com o lugar, mesmo que algumas pessoas não se deem tão bem entre si. Uma entrevistada relata: “estava muito depressiva, triste mesmo. Com o trabalho aqui, ganhei ânimo, vida nova. Venho cedo com a garrafa de café e, se deixarem, fico sem almoço até tarde. Além disso, consigo o dinheiro para comprar o pão de cada dia”.

Hortas são espaços de convívio, manutenção da cultura e identidade de povos, tendo como função a produção alimentar, função social (VARELA, 2020). Grande parte dos voluntários entrevistados são pessoas que vieram do interior e têm uma aptidão muito grande pela terra, relatam que quando aposentados passaram a se sentir sozinhos, muitas vezes o dia todo em casa. O contato com a terra, as práticas rurais em espaços urbanos são atividades favoráveis à construção da autoestima dos sujeitos (COUTINHO, 2010) e de acordo com a presidente do Conselho Regional de Nutricionistas de Minas Gerais, Heloísa Magalhães de Oliveira (BRAGA, 2021), o contato com a natureza e os quintais são práticas saudáveis e atividades de alívio ao estresse.

As hortas comunitárias estudadas apresentam características distintas em relação ao grau de organização comunitária, de atuação do poder público, tempo de ocupação, densidade populacional e localização. O que, dentro do estudo, leva à hipótese de que estas diferenças ocorrem principalmente pelas relações econômicas dentro dos bairros onde as hortas estão localizadas. Abreu (2012) apresenta em seu estudo a presença maior da AU em regiões mais desfavorecidas, como alternativas de solucionar problemas principalmente gerados pelas desigualdades sociais dos centros urbanos.

A ocupação de um espaço ocioso para implantação da horta comunitária, com a liberação do espaço pela prefeitura pode partir de uma articulação comunitária como é o caso de Organizações Não Governamentais (ONGs), ou a partir de uma iniciativa individual, basta apenas conter um projeto. Entretanto, avaliando os três espaços estudados, pode-se dizer que a estruturação do projeto feito a partir do Conselho Comunitário criou inicialmente maior impacto na comunidade, do que os projetos construídos por indivíduos não organizados coletivamente.

Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2014) e o trabalho e implementação de hortas comunitárias e projetos como o CSA Bai Onça permite que isso aconteça, com a produção de alimentos de qualidade, a participação da sociedade e sucessivamente o incentivo e a promoção de alimentos não convencionais à dieta, ampliando o cardápio do indivíduo, e levando alimentos saudáveis para dentro da comunidade periférica. Recomendações sobre alimentação devem levar em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente (BRASIL, 2014).

A depender de suas características, o sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social e proteger o ambiente ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade (BRASIL, 2014). Assim, as hortas

comunitárias pensadas, bem planejadas e articuladas, são ótimas alternativas de políticas públicas para promoção de segurança alimentar, manutenção da cultura e ancestralidade a partir do contato com as ervas e a medicina das plantas; diminuindo as desigualdades alimentares; segurança ambiental e agricultura urbana.

A horta instalada dentro do COMUPRA é a que apresenta potencialidades mais claras, dispondo de uma expansão do projeto dentro da mesma comunidade. Esta organização pode se dar pelo fato de estar dentro de um conselho comunitário mais consolidado e também dentro de uma comunidade periférica, onde as pessoas, pela maior negligência pública, se unem entre si para buscar melhorias em suas próprias comunidades. E as duas outras hortas, localizadas na região leste de BH, são mais novas e estão em constantes processos de formação, afetadas pela falta de certa quantidade de integrantes fixos que possam fazer trabalhos contínuos no espaço, construir diálogo com o restante da população regional, para que seja um espaço de todos, para não degradar o espaço, ou apenas usufruírem dos frutos sem ajudar na produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hortas comunitárias têm se tornado uma alternativa cada vez mais popular em várias cidades brasileiras, voltada para o caráter educativo, para o consumo de produtos mais saudáveis, e também para geração de renda. Todas trazem consigo a produção agroecológica, a alimentação consciente, manutenção de ingredientes e modos de produzir tradicionais, defendendo o direito de cada cidadão à soberania alimentar, à potencialização e reconstrução de espaços ociosos e à construção de espaços mais verdes dentro dos espaços urbanos. Os resultados mostraram que as hortas quando trabalhadas constantemente são capazes de promover a melhoria da qualidade alimentar, o aumento do consumo de alimentos saudáveis, a diminuição do desperdício de alimentos e a geração de renda para a comunidade.

Hortas comunitárias fornecem acesso a alimentos frescos e saudáveis, que muitas vezes são caros ou difíceis de encontrar em áreas urbanas. Isso ajuda a melhorar a dieta dos moradores, reduzindo o risco de doenças relacionadas à alimentação inadequada, como foi relatado por moradores e consumidores das hortas visitadas. Hortas comunitárias em Belo Horizonte têm sido uma ferramenta valiosa para promover a segurança alimentar e nutricional, a inclusão social, a conservação ambiental e a geração de renda. Essas hortas são uma alternativa importante para melhorar a qualidade de vida dos moradores das comunidades, especialmente em áreas urbanas com pouco acesso a áreas verdes e alimentos saudáveis. Além disso, são oportunidade para que os moradores possam produzir e comercializar seus próprios produtos, gerando renda e fortalecendo a economia da comunidade. E pode também, reduzir os

custos da produção de alimentos, e a dependência dos supermercados e outros fornecedores externos.

Foi possível observar que a prefeitura de Belo Horizonte cresce seu trabalho na promoção de mais espaços verdes na cidade, maior participação da comunidade, com cursos voltados à produção agroecológica e agricultura urbana. Uma potencialidade nestes espaços que ainda é pouco utilizada, é a manutenção de saberes tradicionais, com maior distribuição e incentivos na produção e cultivo de Plantas Alimentícias não Convencionais. Também são necessárias mais iniciativas de proteção e manutenção aos espaços já construídos, para que tenham continuidade e cresçam, podendo atingir ainda mais pessoas, transformando essa luta não somente da comunidade, mas dos responsáveis públicos também.

Deste modo, concluímos que a implantação de hortas comunitárias dentro de centros urbanos é uma política pública que cresce cada dia mais em Belo Horizonte, e quando construída, a partir da coparticipação entre prefeitura e comunidade local, proporciona mudanças significativas nas vidas dos cidadãos, principalmente no que se refere à justiça social, segurança, soberania alimentar e saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir estar aqui.
Agradeço a minha família por me apoiar sempre.
Ao IFSC e meu orientador pelo apoio e ensinamentos.
Aos produtores, aos idealizadores e responsáveis por cada uma das hortas visitadas, pela ajuda e recepção. O trabalho de vocês faz toda a diferença no nosso mundo.
Aos que vieram antes de mim e que nos deixaram grandes ensinamentos.
Muito Obrigada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais. Hortas Urbanas - Contributo para a Sustentabilidade. Caso de Estudo: 'Hortas Comunitárias de Cascais'. 2012. Dissertação (Mestre em Engenharia do Ambiente) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, abr. 2012.
- ALMEIDA, Daniela. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. *Agriculturas*, Belo Horizonte, v. 1, nº 0, set. 2004.
- BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. Cap. 3. p.109. Coleção Transição Agroecológica. V. 5 Brasília/ DF, 2021.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011. DOM. Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências. Secretaria Municipal do Governo: Prefeito Marcio Lacerda, art.1º, n. 3909, Belo Horizonte, [2011]. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos_imagens_sitios/BH_MG_%20Lei_%2010255_13set2011.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.
- BEZERRA, Islandia; JACOB, Michelli; ALEXANDRE-WEISS, Veruska Prado. Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero. Mulheres, agroecologia, alimentação e nutrição: caminhando juntas pela soberania alimentar. Cap. 12. Coleção Transição Agroecológica. V. 5 Brasília/ DF, 2021.
- BRAGA, Ernesto. Bairro Ribeiro de Abreu: um pedacinho do campo na cidade grande. Hoje em Dia. Belo Horizonte, n. 153466, 02 jun. 2013, atualização 20 nov. 2021, p.1. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/bairro-ribeiro-de-abreu-um-pedacinho-do-campo-na-cidade-grande-1.153466>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, p.1 de 18 set. 2006. PL 6047/2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11346-15-setembro-2006-545529-norma-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente. Espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Gabinete da Ministra, Brasília/DF, 21 de julho de 2021. ed. 137, Seção 1, p. 4.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Cap 1 - Princípios. p. 15-22. SBN 978-85-334-2176-9
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em conformidade com a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO/09), Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, 29 de maio de 2008 e a Portaria MDS nº 67, de 8 de março de 2006. Seleção Pública De Propostas Para Apoio A Projetos De

Comercialização Direta Da Agricultura Familiar/Tradicional Em Regiões Metropolitanas Constituídas Pelo IBGE e Capitais. Edital MDS\SESAN nº 02\2009. Brasília, DF. p.28. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Convenção sobre Diversidade Biológica. Biodiversidade. Net. Brasília, DF: MMA. Publicação 17 de nov. de 2020. Seção Assuntos. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. Biodiversidade brasileira: sabores e aromas. Editores: Raquel de Andrade Cardoso Santiago, Lidio Coradin. Brasília/DF. 2018, 906p.

CANO, Wilson. Da crise ao caos urbano. In: BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira; GONÇALVES, Maria Flora (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Unesp. 2001. p. 289-299.

CARLÓN, Ana Dorrego. Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero. Cultura e gênero na agroecologia: um estudo de caso sobre biodiversidade e alimentação saudável na Bolívia. Cap. 2. Tradução: Isabel Cristina Lourenço da Silva. Coleção Transição Agroecológica. V. 5 Brasília/ DF, 2021.

CARENHO, Rosilaine, TRUFEM, Sandra F. B., BONONI, Vera L. R. Fungos Micorrízicos Arbusculares Em Rizosferas De Três Espécies De Fitobiontes Instaladas Em Área De Mata Ciliar Revegetada. 2001. Acta bot. bras. v. 1. n. 15. p. 115-124.

CESTAS DO PROJETO CSA BAI ONÇA. CSA BAI ONÇA. [Belo Horizonte], 19 jul 2021. Instagram (Stories): @deixemoncabeberagualimpa. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/17980051651391661/>. Acesso em 02 out. 2022. Figura 06.

COMUPRA. Imagem Google Maps: Satélite. COMUPRA. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023. Figura 05.

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA (CBA), 10., 2017, Brasília, DF. Cadernos de Agroecologia. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2017. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/xi-congresso-brasileiro-de-agroecologia/#:~:text=Com%20a%20aproxima%C3%A7%C3%A3o%20da%20primavera%2C%20a%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira,%28CBA%29%2C%20realizado%20em%20Bras%C3%ADlia%2C%20em%20setembro%20de%202017.> Acesso em: 05 ago. 2022.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo; GARCIA, Mariana Tarricone; RIBEIRO, Silvana Maria; SALANDINI, Marcia Fernanda de Sousa; BÓGUS, Cláudia Maria. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. USP, São Paulo, 2015.

COSTA, V. M. H. de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Maringá - PR, 1992. p. 02-26, Vol II. Maringá, Mesas-Redondas. Paraná, 1992, p.26.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura Urbana: práticas populares e suas inserções em políticas públicas. Orientador: Heloisa Soares de Moura Costa. 2010. Dissertação (Mestrado

em Geografia) - Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura urbana: reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CZEZACKI, Aline. FAO lança relatório sobre O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021. Net. Seção Notícias, FAO no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415324/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ESCADÃO AGROECOLÓGICO. Imagem Google Maps: Satélite. Escadão Agroecológico. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023. Figura 02.

ESCADÃO AGROECOLÓGICO. Mutirão hoje. Obrigado a todas e todos. [Belo Horizonte], 28 out. 2019. Instagram: @escadaoagroecologico.esplanada. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVI7MeBrwA5/>. Acesso em: 02 out. 2022. Figura 01.

FAO. Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Global food prices dip in December. [2022?]. Net. Seção Notícias. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1470419/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FAO. Seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Net. 2017 Seção Prioridades Regionales. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/prioridades/seguridad-alimentaria/es/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FELDENS, Leopoldo. O homem, a agricultura e a história. Lajeado: Ed. Univates, 2018, 1º ed. 171p.

FILHO, Arnaldo Colozzi e CARDOSO, Elke Jurandi Bran Nogueira. Detecção de fungos micorrízicos arbusculares em raízes de cafeeiro e de crotalária cultivada na entrelinha. 2001. Pesq. Agropec. Bras. Microbiologia. 10. n. 35.

GADELHA, Edmar; WEITZMAN, Rodica. A segurança alimentar e nutricional no contexto dos movimentos sociais. In: WEITZMAN, Rodica (Org.). Educação popular em segurança alimentar e nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008. p. 169-191.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: ecological process in sustainable agriculture. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007, 408 p.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Campinas, SP, Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai - ago 2004.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2002. p. 21-51.

HORTA DA BAIXADA. Canteiros receberam plantio de adubação verde, feijão andu, feijão de porco. Além de milho. [Belo Horizonte], 24 abr. 2022. Instagram: @horta_da_baixada. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcwQEMzuf4w/>. Acesso em 02 out 2022. Figura 03.

HORTA DA BAIXADA. Imagem Google Maps: Satélite. Horta da Baixada. Belo Horizonte. 2 de jul. 2023. Figura 04.

JUNIOR, Luiz Cezar Lima. Alimentação Saudável E Exercícios Físicos Em Meio À Pandemia Da Covid-19. 2020. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 33–41.

KAUTSKI, K. A questão agrária. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 362 p.

KLAUBERG-FILHO, O; SIQUEIRA, J. O. e MOREIRA F. M. S. Fungos Micorrízicos Arbusculares Em Solos De Área Poluída Com Metais Pesados. 2002. Rev. Brasil. Biologia do Solo. 3. n. 26. p. 125-134.

LANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. História da Alimentação. 9.ed. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo Primeira Parte: Pré-História e Primeiras Civilizações. São Paulo: Estação Liberdade, 2018. p. 26-27.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n. 3, p. 7-21, junho de 1998.

MICHAELIS, Dicionário online. Agricultura. Net. Brasil. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Agricultura/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Lei nº 15973, de 12 jan. de 2006. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências. Diário do Executivo: p. 81, Col. 2, Belo Horizonte [2006a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/15973/2006/>. Acesso em: 22 out. 2022.

MINAS GERAIS. Lei nº 15982, de 19 jan. de 2006 (revogada). Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências. Diário do Executivo: p. 2, Col. 2, Belo Horizonte [2006b]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/15982/2006/?cons=1>. Acesso em: 22 out. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. Rev. Estudos Avançados. 17.48. 2003.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOTA, Dalva Maria; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília Lisboa. Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero. Introdução - Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Coleção Transição Agroecológica. V. 5 Brasília/ DF, 2021.

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores. Soberania Alimentar. Net. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar/>. Acesso em: 20 fev 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas (Brasil). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Net, Casa ONU Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%A0nio>. Acesso em: 22 out. 2022.

PBH. Agricultura Urbana Contribui Para A Alimentação Saudável Em Belo Horizonte. 2021a. Net. Seção Notícias. Belo Horizonte, 28 de jul. de 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/agricultura-urbana-contribui-para-alimentacao-saudavel-em-belo-horizonte>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PBH. Indicadores demográficos e socioeconômicos de Belo Horizonte. Net, Belo Horizonte, atualização jun. de 2021b. Mapas, Estatísticas e Indicadores. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 08 ago 2021.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte incentiva hortas comunitárias e a inclusão social. Net, Belo Horizonte, jan. de 2019. Notícias. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-belo-horizonte-incentiva-hortas-comunitariase-inclusao-social>. Acesso em: 08 ago 2021.

PBH. Relatório Geral sobre o Cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana para 2016; Índice de Qualidade de Vida Urbana. Net, Belo Horizonte, MG. 2018. Mapas, Estatísticas e Indicadores. Disponível em https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/relatorio_iqvu_2016_publicacao-versaoweb-1_0.pdf. Acesso em: 08 ago 2021.

PESSÔA, Luís Otávio Destri. Presença E Diversidade De Frutas Nativas Brasileiras Na Carta De Bebidas Manipuladas De Restaurantes, Bares E Similares Na Via Gastronômica De Coqueiros (Florianópolis/SC). Orientadora: Liz Ribas. 2018. Dissertação (Conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia) - Instituto Federal de Santa Catarina/ Campus Continente, Florianópolis, 2018.

RIBEIRO, Silvana Eloisa da Silva. A formação dos profissionais das ciências Iagrárias na UFPD: desafios e perspectivas. Orientadora: Norma Montalvo de Soler. 997. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba-Centro de Humanidades, Campina Grande, 1997.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Versão Final, 2007, Belo Horizonte.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. Cortez, São Paulo, 2007.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. 2 ed. 1ª reimpr. Campinas, SP. UNICAMP, IE, 2002, (Coleção de Pesquisas).

SUSAN: Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Alimenta. Rev. de Segurança Alimentar e Nutricional. v.1. Semestral. BH. 2021.

VALER, Salete. MARCHESAN, Ani Carla. Pesquisa científica: do método à divulgação. IFSC. Santa Catarina, 2021.

VARELA, Pedro. Hortas comunitárias de Cabo-Verdianos: sociabilidades e resistência cotidiana nas margens de Lisboa. Rev. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal, *Análise Social*, Lv. (3º), 2020, n.236, p. 534-559.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil. Formulação Rede PENSSAN, 2021. ISBN 978 65 87504 19 3.

Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022

WERNECK, Gustavo. Hortas Comunitárias Transforma Vidas no Bairro Jardim Vitória, em BH. Estado de Minas, Belo Horizonte, 2022, Produção Sustentável, 29 jan. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/01/29/interna_gerais,1341135/horta-comunitaria-transforma-vidas-no-bairro-jardim-vitoria-em-bh.shtml. Acesso em: 22 fev. 2022.